

8° Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, Lima.

Alacip - Asociación Latinoamericana de Ciencia Política

A GUINADA À ESQUERDA NA AMÉRICA LATINA:

Desdobramentos e novos rumos na política externa boliviana

Pedro Casas Vilela Magalhães Arantes

Mestrando em Relações Internacionais

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

1) INTRODUÇÃO

A ascensão de governos de esquerda na América Latina vem chamando atenção devido a sua força e reprodução pelo continente, ao grande número de países envolvidos e às sucessivas vitórias eleitorais. A chamada “Onda Rosa” pode ser explicada por variados fatores e possui diversas implicações para o continente, de forma geral, e para os países, de forma específica.

Desse modo, o presente trabalho procura analisar de que forma essa mudança incidiu na Bolívia, país que possuía um dos piores índices da região e que estava marcado pela alta instabilidade política.

Para tanto, em um primeiro momento, buscar-se-á caracterizar e explicar a chamada “Onda Rosa” latino-americana, procurando ressaltar sua diversidade, suas características e o contexto da ascensão desses governos considerados de esquerda e centro-esquerda.

Em seguida, será analisado o caso boliviano. Será levantada a conjuntura da chegada de Evo Morales ao poder, buscando evidenciar a importância e o que representou a eleição do presidente de origem indígena.

Por fim, será analisado o impacto dessa mudança para a política externa do país, procurando evidenciar como ela foi concebida, as estratégias e como ela exerceu papel importante na busca por autonomia e desenvolvimento no país andino.

2) A ONDA ROSA LATINOAMERICANA

A América Latina experimentou durante boa parte da década de 1990 o sistema neoliberal adotado pelos governos de direita e centro-direita da região. Para Panizza (2006), o cenário que articulava a democracia liberal, as reformas de mercado e as características da integração regional representavam uma possibilidade de desenvolvimento e se mostrava como um considerável consenso entre as elites políticas da América Latina. Nesse mesmo período, as relações hemisféricas entre os países da região e a superpotência, os Estados Unidos, atingiram seu melhor momento em anos, principalmente devido às convergências em relação à democracia e ao livre mercado.

No entanto, a partir do momento em que as expectativas de boa parte da população são frustradas, além da deterioração das condições sociais, aumento das desigualdades em um contexto de privatizações e desregulamentação, inicia-se no continente uma mudança significativa tanto no plano social, quanto político e econômico. Tal transformação foi caracterizada pela ascensão de partidos,

movimentos e lideranças de esquerda cujo sucesso eleitoral pode ser explicado pelos mais variados fatores.

O “giro à esquerda” ocorrido na América Latina foi denominado de “Onda Rosa” (Pink tide; marea rosa) e, de acordo com Silva (2010a), seu ineditismo, devido ao grande número de países envolvidos, merece ser destacado. Lanzaro (2009) aponta que o movimento tem o caráter de uma “onda” e a diferença em relação às experiências anteriores é resultado de processos democráticos.

Tal ascensão, por sua relativa sincronia e delimitação regional, constitui em si mesma um processo sociopolítico único, que pode ser compreendido em seu conjunto (uma “vaga” de esquerda a percorrer a região), com diversas características coincidentes – mas com suas especificidades locais. (SILVA, 2010, p.1).

A ascensão da esquerda e da centro-esquerda no continente representou um momento histórico na região, porém deve-se compreender que apesar da relativa sincronia, tal movimento não é homogêneo e uniforme, seja levando em consideração tanto sua natureza quanto as trajetórias percorridas. Ou seja, a despeito de uma simultaneidade nos eventos, é possível inferir que em cada país esse processo ocorre de maneira distinta, o que nos permite pensar também em diferentes resultados, principalmente no que diz respeito às reformas estruturais e também à qualidade da democracia (LANZARO, 2007).

2.1) Contexto latino-americano e a Onda Rosa

O cenário que prevaleceu na América Latina em boa parte da década de 1990, como mencionado, foi o de predomínio do sistema neoliberal, e cujas consequências tiveram grande impacto na região. A herança neoliberal, como destaca Filgueiras, cujo projeto político econômico estava ancorado em um plano de controle à inflação e de estabilização, caracterizou-se por:

Estabilidade relativa dos preços e baixíssimo crescimento econômico, acompanhados pelo aumento das dívidas externa e interna; a desnacionalização do aparato produtivo, com transferência de renda do setor público para a setor privado e da órbita produtiva para a órbita financeira; a elevação das taxas de desemprego e a redução dos rendimentos do trabalho. Em suma, aprofundamento dramático da dependência e da vulnerabilidade externa do país, a ampliação da fragilidade financeira do setor público, a precarização do mercado de trabalho e a manutenção ou deterioração das condições sociais – pobreza, criminalidade, violência e desigualdade de renda e de riqueza (FILGUEIRAS, 2002, p.1).

Evidentemente, o respaldo das elites não garantiria por si só o sucesso eleitoral, o que comprova que, de certo modo, esses partidos de direita e centro-direita tiveram apoio popular, e que fica claro com as vitórias de Fernando Henrique Cardoso no Brasil, Eduardo Frei no Chile, Julio María Sanguinetti no Uruguai, Alberto Zedillo no Uruguai, Carlos Menem na Argentina e Alberto Fujimori no Peru, muito embora os dois últimos tenham algumas peculiaridades, como uma pequena marca populista que os diferenciava dos outros casos, e no caso do ex-presidente Fujimori, há ainda características autoritárias e quebra da frágil democracia em seu país (PANIZZA, 2006)

Levando em consideração a perpetuação e acentuação das desigualdades e injustiças presentes na região, ao contrário do que se podia imaginar em relação a esse quadro de governos neoliberais e ao ajuste estrutural liberal, houve uma inversão nesse sentido. Desse modo, a partir do final dos anos 1990, governos e lideranças de esquerda foram emergindo no continente, expressando a busca de alternativas para a solução dos graves problemas sociais e econômicos na América Latina.

Apontando nesse sentido, Kurt Weyland (2009) afirma que todas essas mudanças representadas pela virada e ascensão das forças de esquerda foram inesperadas, e que, mesmo que todas as reformas não tenham alcançado os resultados esperados, esse projeto político calcado no desmantelamento do intervencionismo estatal predominou na região, principalmente em 1980 e 1990.

O ponto central é que, politicamente, a brecha entre as promessas realizadas e o contexto marcado pela contenção econômica e forte recessão possibilitou uma grande oportunidade aos grupos de oposição, proporcionando um espaço que, paulatinamente, foi ocupado por esses movimentos e líderes de esquerda, o que dá início à chamada “Onda Rosa”. Segundo Silva (2010), foram vários fatores que poderiam explicar esse fenômeno cujo início se deu em 1998, com a eleição de Hugo Chávez, na Venezuela. Para o autor, primeiramente, a redemocratização na região possibilitou processos de “transição” e de “consolidação” das democracias latino-americanas, e apesar de algumas notáveis limitações, sejam elas institucionais ou sociais, esse processo permitiu o desenvolvimento e solidificação de forças oposicionistas viáveis. Decorrente disso, essas novas forças puderam participar de seguidas eleições, desenvolvendo-se e amadurecendo, e com a chegada desses partidos ao poder, ficou evidente que as democracias latino-americanas possuíam, ao fim e ao cabo, alguma vitalidade – “nesse novo contexto, governos populares puderam não apenas ser eleitos como também exercer seus mandatos” (SOARES DE LIMA apud SILVA, 2010, p.4).

Para além desses aspectos que dizem respeito à continuidade democrática experimentada, também podemos apontar como fator importante para o avanço da esquerda no continente o fim da Guerra Fria, e a conseqüente derrocada do “socialismo real” e o fim da era bipolar (SILVA, 2010). O autor afirma que o fim do “mundo socialista”, junto à crise do pensamento marxista, ainda que representasse desafios para esses movimentos, por outro lado abriu espaço para a atuação das esquerdas em democracias menos “bloqueadas”.

Ou seja, muitos dos partidos que fazem parte do espectro político da esquerda puderam modernizar suas doutrinas, deixando de lado o socialismo real e buscando aprofundar a igualdade social e a democracia. Certamente, o fim da Guerra Fria trouxe maior liberação prática e simbólica da região, principalmente com o desmantelamento da União Soviética, o que possibilitou às esquerdas condições para o reestabelecimento de sua autonomia ideológica e política. Além disso, com a crise da URSS, a interferência estadunidense, mesmo que não tenha se esgotado, ao menos passou por uma significativa redução, uma vez que a “luta contra o comunismo” não mais sustentaria e justificaria a política intervencionista dos Estados Unidos¹. (CASTAÑEDA, 1996; PETKOFF, 2007; SILVA, 2010).

Mesmo em meio à várias mudanças e reformulações ocorridas nesses movimentos de esquerda, um ponto importante que permitiu-lhes preservar seu caráter alternativo e oposicionista continuidade foi o antineoliberalismo, cujas marcas representam alguns dos problemas latino-americanos de longa data, entre eles a pobreza, os altos índices de desigualdade, as velhas e novas formas de marginalidade, as fronteiras de inclusão e exclusão, a heterogeneidade e a fragmentação; resumindo, o dualismo de nossas sociedades que se recria e se reforça com os desdobramentos dessa “modernização” capitalista (LANZARO, 2007; SILVA, 2010).

2.2) Eleições e o início da Onda Rosa

O fracasso em elevar a qualidade de vida das populações latino-americanas bem como os problemas advindos a partir das reformas neoliberais certamente foram fatores determinantes para que partidos, líderes e movimentos de esquerda emergissem no continente a partir do fim da década de 1990.

¹ Com a queda da União Soviética, os governos de esquerda da América Latina não eram mais vistos como uma iminente ameaça aos interesses estratégicos estadunidenses, o que não significou a não emergência de novas ameaças à nova *Pax Americana*. Dentre essas novas ameaças, podemos citar, no âmbito latino-americano, a guerra contra o narcotráfico e, no âmbito global, a guerra contra o terrorismo (PETKOFF, 2007).

Nesse sentido, pode-se dizer que a “Onda Rosa” tem seu início propriamente em 1998, quando Hugo Chávez venceu as eleições presidenciais na Venezuela. Ele foi eleito pelo Movimento V República (MVR), partido fundado por Chávez no ano anterior. De acordo com Silva (2010), Chávez foi eleito após colapso das instituições e partidos tradicionais; 2 anos depois, em 2000, é a vez da vitória de Ricardo Lagos do Partido Socialista do Chile, representando uma inflexão à esquerda na *Concertación*, aliança que governou o Chile desde a transição democrática ocorrida em 1990. 2000 também foi o ano da primeira reeleição de Hugo Chávez, na Venezuela. Em 2002, foi a vez do Brasil, quando Luis Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, foi eleito. Em 2003, Nestor Kirchner foi eleito pelo Partido Justicialista na Argentina. Em 2004, Tabaré Vázquez, da Frente Ampla, foi eleito presidente no Uruguai. No ano de 2005, Evo Morales, do Movimento ao Socialismo, venceu as eleições presidenciais em um momento de intensa crise que a Bolívia enfrentava. O ano seguinte, 2006, foi marcado por 5 vitórias de líderes de esquerda. Hugo Chávez foi reeleito novamente; Luís Inácio Lula da Silva também conseguiu sua reeleição. No Chile, Michele Bachelet, do Partido Socialista, é eleita como sucessora de Ricardo Lagos; Rafael Correa, do Pátria Altiva e Soberana, chegou ao poder no Equador. A eleição de Correa foi também em meio a forte crise nas instituições e partidos tradicionais. Na Nicarágua, Daniel Ortega, da Frente Sandinista de Libertação Nacional, foi eleito. 2007 foi marcado pelas eleições de Álvaro Colom e Cristina Kirchner. O primeiro foi eleito presidente na Guatemala, enquanto a segunda foi eleita na Argentina, substituindo seu marido, Nestor Kirchner. Em 2008, foi a vez de Fernando Lugo, da Aliança Patriótica para a Mudança e com grande representação dos movimentos sociais, ser eleito presidente no Paraguai, pondo fim aos 60 anos ininterruptos de governo do Partido Colorado. 2009 também foi um ano chave dos movimentos de esquerda no continente. Mauricio Funes, em El Salvador, foi eleito presidente pela Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional. José Pepe Mujica, também da FA, foi eleito no Uruguai; Rafael Correa reeleito no Equador e Evo, na Bolívia. 2010 foi o ano de Lula fazer sua sucessora. Dilma Rousseff representou a continuidade do governo petista no Brasil, além de ter sido a primeira presidenta no país. 2011 marcou a eleição de Ollanta Humala no Peru. Na ocasião, o presidente eleito pelo Partido Nacional Peruano superou a filha do ex-presidente Alberto Fujimori, Keiko Fujimori. No mesmo ano, Cristina Kirchner alcançou sua reeleição, assim como Daniel Ortega, na Nicarágua. Em 2012, Hugo Chávez se manteve no poder ao vencer o candidato da direita, Henrique Capriles. No entanto, com a morte do comandante em março de 2013, novas eleições presidenciais foram convocadas na Venezuela. Concorreram ao pleito Nicolás Maduro, que era o vice de Chávez e mais uma vez Henrique Capriles,

que novamente saiu derrotado, dessa vez por uma pequena margem, que suscitou questionamentos por parte da oposição venezuelana. Ainda em 2013, Rafael Correa confirmou seu favoritismo nas urnas com uma expressiva vitória no Equador. Em 2014, Michele Bachelet, em uma nova coalização ainda mais à esquerda do que anteriormente, retorna ao poder após um intervalo de 4 anos, e em El Salvador, Salvador Sánchez Cerén, que era o vice de Mauricio Funes, também é eleito pela FMNL, totalizando entre 1998 e 2017, vinte e sete vitórias em doze países diferentes, o que reforça a alcance desse movimento, que se reproduziu em quase todo o continente. (CHERNAVSKY, 2014; FERNANDES, 2012; SILVA, 2010). Como se vê, a emergência de partidos de esquerda ou centro-esquerda foi se consolidando na América Latina e tornou-se, portanto, uma tendência na região. Porém, temos que levar em conta que estes partidos e governos caracterizam-se por possuírem organismos e estruturas diferentes umas das outras.

Como aponta Dominguez (2010), a década de 2000 foi muito positiva, de forma geral, para os países latino-americanos. Ademais, devido também a algumas tendências na economia internacional, muitos desses governos se viram financeiramente independentes dos pacotes do FMI, por exemplo, algo que foi muito recorrente, principalmente nas décadas anteriores.

Pela primeira vez em uma geração, portanto, os governos latino-americanos poderiam definir as políticas econômicas consideradas próprias, para o bem ou para o mal — o FMI havia sido relegado a um segundo plano e, como resultado, o governo dos EUA não poderia influenciar políticas econômicas latino-americanas por esta via indireta também (DOMÍNGUEZ, 2010, p.8, tradução nossa²).

Essa rotação histórica no eixo dos governos latino-americanos evidencia que os partidos e sistemas partidários, cada um dentro de seu contexto nacional e de sua atuação, podem levar a distintas situações e resultados. Lanzaro (2007) aponta que as crises podem provocar sérios problemas para os partidos, podendo levar ao colapso dos sistemas partidários, tal qual se viu na Venezuela e Bolívia, por exemplo. No entanto, há casos em que se verifica uma renovação dos partidos e progresso do sistema partidário, como nos países cujos sistemas partidários são historicamente consistentes, como no Chile e Uruguai, e até mesmo no Brasil, mesmo este possuindo um sistema, nas palavras do autor, um pouco mais “rudimentar”.

² For the first time in a generation, therefore, Latin American governments could set their economic policies as they deemed fit, for good or ill — the IMF had been relegated to the sidelines and, as a result, the US government could not influence Latin American economic policies through this indirect route either.

Decorrente disso, a partir da caracterização e contextualização desse processo que culminou nesse quadro político na região, ressaltando sua diversidade e destacando as mudanças estruturais e conjunturais, nacionais e regionais, que ocorreram no continente e que teriam favorecido a chegada dos partidos e lideranças de esquerda ao poder, vimos que a ascensão dos mesmos não representa um movimento homogêneo. Nosso objetivo aqui, portanto, é analisar o impacto dessas mudanças na Bolívia, país que possui um dos piores indicadores da região e que atravessou um duro período marcado pela instabilidade de suas instituições políticas, e que culminou em sucessivas quedas presidências.

3) ANTECEDENTES E CRISE NA BOLÍVIA E A ASCENSÃO DE EVO MORALES

A chegada de Evo Morales ao poder é tida como histórica na Bolívia. Morales, de origem cocalera, é também o primeiro presidente indígena do país. De acordo com Delgado & Cunha Filho (2010), a ascensão do partido MAS e de Evo Morales, feita sob uma plataforma de esquerda, representou um importante momento para o país que, assim como a maior parte do continente, esteve sob o prisma do neoliberalismo.

A ascensão de Morales pode ser diretamente ligada à crise de hegemonia que se estabeleceu no país ainda na primeira metade da década de 2000 – vale reforçar que entre os anos de 2003-2005, os dois presidentes que precederam Morales renunciaram ao cargo político mais alto daquele país (DELGADO; CUNHA FILHO, 2010).

Com a legitimidade do sistema político boliviano em xeque e com a forte crise política e fruto de uma série de mobilizações populares, Morales surgiu como um projeto político alternativo cujos objetivos eram resgatar a representatividade de um povo historicamente marginalizado e substituir as políticas inerentes ao modelo neoliberal. A vitória de Morales – o primeiro presidente eleito com maioria absoluta desde o processo de redemocratização – marcou uma importante inflexão também no que diz respeito à inserção internacional da Bolívia e que possui reflexos tanto na busca pela autonomia quanto pelo desenvolvimento social (DELGADO; CUNHA FILHO, 2010; DESHAZO, 2006).

Eleito com uma agenda política de fortes tintas desenvolvimentistas e nacionalistas e rejeitando o modelo político anterior, calcado na desregulamentação dos mercados, privatização das estatais e priorização do investimento estrangeiro direto, o novo governo estabeleceu como prioridades a retomada do protagonismo estatal na economia, a reversão das privatizações e o controle sobre os

recursos naturais estratégicos (DELGADO; CUNHA FILHO, 2010, p. 289).

Desse modo, a política externa foi definida na campanha de Evo Morales como um dos eixos prioritários de seu governo, uma vez que passa a ser entendida “intrinsecamente articulada ao processo de mudanças internas proposto pelo governo e baseada na construção da soberania nacional” (DELGADO; CUNHA FILHO, 2010, p. 289).

O governo entendia que a política externa seria um importante eixo sob o qual o país poderia se desenvolver e garantir também autonomia, principalmente em relação aos antigos e tradicionais parceiros, como Estados Unidos e Europa. Delgado e Cunha Filho (2010) apontam que, atrelado à uma diversificação de sua inserção internacional, valorização da cultura indígena e maior participação do Estado na economia, seria possível conduzir o país rumo ao desenvolvimento econômico e à superação das desigualdades existentes no país. É nesse contexto que analisaremos três pontos desse novo modelo boliviano que foi iniciado em 2005 no governo de Evo Morales, e depois, faremos uma análise desses elementos tanto para a esquerda na região quanto para as implicações e desafios que surgem para os bolivianos. Como mencionado, serão analisados os seguintes elementos: 1) refundação da empresa estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) e a reestatização do setor de hidrocarbonetos, considerada essencial para a economia do país; 2) a reversão das privatizações; e 3) diversificação das relações exteriores do país.

O setor de hidrocarbonetos era controlado de forma integral por empresas estrangeiras, sendo a Petrobras, a majoritária em suas ações. Com a promulgação do decreto denominado “Heróis do Chaco³, inicia-se portanto, o processo de nacionalização do setor de hidrocarbonetos, considerado essencial para a economia boliviana. Com todas essas medidas que visavam a maior participação do Estado, como apontam Delgado & Cunha Filho (2010), o governo se colocou em rota de colisão e em constante tensão com outros atores internacionais. Os contratos com as petroleiras foram revistos e, desse modo, o controle das refinarias foi retomado. Assim, ficou estabelecido:

A passagem do controle das operações à YPFB, convertendo às petroleiras privadas em prestadoras de serviço, e a criação de empresas mistas entre a estatal boliviana e as demais companhias privadas atuantes no país. Seriam transferidas, com indenização, ações das empresas privadas à YPFB, de modo a torná-la sempre

³ O nome do Decreto é em alusão ao episódio da Guerra do Chaco, que durou de 1932 até 1935, e que teria sido fomentada pelas empresas petrolíferas internacionais (DELGADO; CUNHA, 2010).

sócia majoritária, com a assinatura de novos contratos e uma repartição de lucros e pagamento de impostos e regalias mais favoráveis ao governo (DELGADO; CUNHA FILHO, 2010, p. 290).

Nesse contexto, é importante salientar que a reversão das privatizações não se deu apenas no setor dos hidrocarbonetos. Segundo Delgado e Cunha Filho (2010), a empresa telefônica ENTEL também passou por esse processo. A empresa, controlada pela italiana Euro Telecom que, insatisfeita com as medidas adotadas por Evo Morales, levou o caso à arbitragem no Centro Internacional para Arbitragem de Diferenças Relativas a Investimentos (CIADI), órgão ligado ao Banco Mundial responsável por julgar litígios entre as transnacionais e governos. Tal fato culminou na saída da Bolívia da CIADI e, logo em seguida, foi criado o Ministério de Defesa Legal das Recuperações Estatais, cujo objetivo seria de “defender legalmente as estatizações nos foros internacionais em que o país fosse acionado (DELGADO; CUNHA FILHO, 2010, p. 291).

No que diz respeito às relações internacionais da Bolívia, também foram vistas mudanças significativas, principalmente levando em consideração os padrões antigos de sua inserção internacional. Desse modo, percebe-se que três momentos distintos dessa nova fase da política externa de Evo. O primeiro se dá no continente sul-americano e diz respeito ao novo papel que o país busca exercer na região; em seguida, tal mudança se dá em relação ao posicionamento frente aos Estados Unidos da América, país considerado um importante parceiro devido às ajudas financeiras e investimentos realizados no país; e, por fim, a busca por novos parceiros no plano internacional e cujo objetivo se caracterizava pela diversificação das relações diplomáticas da Bolívia (BRINS; SANCHEZ, 2011; DELGADO; CUNHA FILHO, 2010).

Em relação ao primeiro ponto mencionado, sobre o novo papel na região, o que pode ser dito é que devido não apenas à conjuntura política da América do Sul, mas também às tensões que emergiram com o Brasil, importante aliado da Bolívia, o governo de Evo estabelece novas parcerias e dá nova ênfase à integração regional – evidenciado pelo ingresso do país na Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA), em 2006, e, mais recentemente, com o processo de adesão do país como membro pleno do Mercosul. Além disso, Evo intensifica as relações com outros países da região, com forte ênfase na Venezuela, com Chávez sendo um parceiro essencial – e a despeito de todas as críticas que emergiram no sentido de que Evo estaria seguindo questões puramente ideológicas, Delgado e Cunha (2010) apontam para certo pragmatismo, que fica evidente nas relações estratégicas que foram estabelecidas em relação ao comércio do país e ao petróleo (BRINS; SANCHEZ, 2011; DELGADO; CUNHA FILHO, 2010).

Com relação aos Estados Unidos, a proximidade ideológica por parte da Bolívia aos líderes regionais, como Evo, Chávez, Fidel e Correa, bem como o modelo político que viria a ser implantado por esses líderes, foram alguns fatores que causaram forte

preocupação à Casa Branca. Desse modo, as relações bilaterais entre os Estados Unidos e a Bolívia têm sido bastante complexas nos últimos anos e, muito disso, devido à nova postura que o governo boliviano adotou a partir de 2006, data do início do primeiro mandato de Evo Morales (DESHAZO, 2009)

Como salientam Delgado e Cunha Filho (2010), de acordo com a política de combate às drogas dos governos estadunidenses, uma das principais frentes de atuação se dá justamente na erradicação das plantações de coca, que para os bolivianos, é considerada símbolo milenar e cultural do país. A partir desse impasse, o governo boliviano passou a lutar para que a planta, e o seu consumo, sejam despenalizados. Ao mesmo tempo, o governo afirma que o cerco deve aumentar em relação à produção e consumo da cocaína. Mesmo com a diferença na abordagem ao tráfico de drogas, a Bolívia empenhou-se em garantir a renovação da Lei de Promoção Comercial e Erradicação de Drogas na Região Andina (ATPDEA), que garante aos países signatários a redução de tarifas alfandegárias estadunidenses para produtos andinos. Em troca, o governo estadunidense exigiu o compromisso desses países no combate ao tráfico de drogas (SANTOS, 2010).

No entanto, o governo de Evo não alcançou êxito em relação a essa renovação. O Congresso estadunidense até aprovou a renovação do plano, porém o presidente à época, George W. Bush vetou em ato administrativo, o que gerou forte insatisfação devido à importância do plano para a economia boliviana (DELGADO; CUNHA FILHO, 2010).

Ademais, dentro desse novo parâmetro para a política externa boliviana, havia forte preocupação no fortalecimento do multilateralismo, portanto, como mencionamos, o governo de Morales deu grande ênfase à diversificação de suas relações diplomáticas. Essa estratégia visava diminuir a dependência tanto política quanto econômica daqueles tradicionais parceiros bolivianos, os Estados Unidos e a União Europeia. Além disso, esse pragmatismo da política externa boliviana ambicionava garantir maior poder de barganha, além do avanço do desenvolvimento nacional (DELGADO; CUNHA FILHO, 2010).

Como parte dessa nova agenda, também se observou a aproximação com alguns países do Oriente Médio, muitos deles considerados hostis à política de Washington, tais como Líbia e Síria (DELGADO; CUNHA FILHO, 2010).

Foram assinados acordos de cooperação técnica no setor de hidrocarbonetos, construção civil e laticínios. A aproximação com a Rússia no setor de hidrocarbonetos e defesa e combate ao narcotráfico insere-se no mesmo paradigma (DELGADO; CUNHA FILHO, 2010, p. 303).

Desse modo, é possível perceber que Evo Morales, a despeito de todas as limitações existentes, seja de natureza geográfica, econômica ou mesmo de poder, com todas as mudanças impostas, conseguiu, de certa maneira, dar notoriedade à Bolívia, sendo a política externa um importante elemento para isso. Ficam evidentes, portanto, as consequências da guinada a esquerda na América do Sul, não apenas para a agenda interna, dando contorno também à política externa e cujas estratégias foram fundamentais não apenas para garantir a possibilidade de desenvolvimento e redução de assimetria, mas também pode ser entendido como um dos fatores da estabilidade e continuidade do governo.

4) CONSIDERAÇÕES FINAIS

As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pela adesão dos países da região aos preceitos do neoliberalismo que, apesar das promessas da melhoria das condições sociais da população, o que se viu foi justamente o oposto, como a perpetuação das injustiças, a reprodução de modos de exclusão, intensificação das desigualdades e exclusão, e aumento das assimetrias, permanecendo, portanto, os históricos problemas do continente.

Nesse contexto, e com uma conjuntura que se mostrou favorável, líderes e partidos de esquerda e centro-esquerda conseguiram ganhar força, o que possibilitou que, além de participarem de sucessivas eleições, esses movimentos puderam reestruturar e alcançaram o poder, dando forma à chamada guinada à esquerda no continente, ou como adotou parte da literatura, a “Onda Rosa”.

A Onda Rosa, cujo início se deu com a eleição de Hugo Chávez, em 1998, é um fenômeno marcado pelas sucessivas vitórias de governos de esquerda e centro-esquerda na América Latina. Em 2014, confirmada a vitória da socialista Bachelet, no Chile, a esquerda alcançou sua 27ª vitória, atingindo um amplo número de países. Sua força de reprodução é algo inédito no continente, sendo que em muitos deles, esses líderes conseguiram se reeleger e/ou fazer um sucessor. Dada a ascensão dos governos de esquerda na região, vimos que a América Latina passou por diversas mudanças nos âmbitos econômico, político e social e que fizeram com que esses países alcançassem números e indicadores bastante positivos.

Para além de demonstrar a força dessa mudança e as consequências para os partidos, buscou-se evidenciar como essas mudanças incidiram sobre a Bolívia, país que possuía os piores índices da região e que passava por forte momento de crise de suas instituições e alta instabilidade política.

Ficou evidente que a eleição de Evo Morales representou um momento histórico para o país que, além de ser o primeiro presidente de origem indígena, soube resgatar a representatividade de um povo historicamente excluído e foi capaz de oferecer condições de desenvolvimento ao país e a população, sendo que a política externa foi considerada elemento preponderante para as transformações em curso no país.

A partir de uma agenda pautada na diversificação das relações exteriores do país, da nacionalização e recuperação do setor dos hidrocarbonetos e da reversão das privatizações, Morales foi capaz de reverter várias das limitações de um país pobre, pequeno e com obstáculos geográficos. Isso garantiu certa autonomia ao país, o que antes era considerado bastante improvável, principalmente devido à grande dependência existente em relação às ajudas vindas de Estados Unidos e União Europeia.

No entanto, a nova agenda política, a concepção da política externa e nova abordagem do governo também trouxeram alguns desafios ao país. Primeiro, no que tange às reversões das privatizações, o país se viu muitas vezes em conflito com antigos parceiros, cuja solução muitas vezes se deu no âmbito de organizações de arbitragem e de soluções de controvérsia. Além disso, desafios surgiram também frente aos Estados Unidos, cujas ajudas econômicas no combate ao narcotráfico cessaram ainda no governo de George W. Bush, cujo mandato findou-se em 2008. Já a tentativa de superar as dificuldades que emergiram após a deterioração da relação com os EUA, esse contexto fez com que Evo buscasse a diversificação das relações exteriores do país, o que trouxe diversos benefícios políticos e econômicos ao país.

REFERÊNCIAS

BIRNS, Larry; SANCHEZ, Alex. From Obscurity to Center Stage: The Architectonics of Bolivia's Foreign Policy. In: GARDINI G. L; LAMBERT, P. **Latin American Foreign Policies: Between Ideology and Pragmatism**. 1ª Ed. New York: Palgrave Macmillan, 2011, cap. 6, p. 103-118.

CASTAÑEDA, Jorge. América Latina y la terminación de la Guerra Fría: un ensayo sobre la frustración. In: LOWENTHAL, F. A; TREVERTON, G.F. **América Latina en un Mundo Nuevo**. 1ªed. Mexico, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1996. Cap. II, p. 40-69.

CHERNVASKI, Nicolas. **Eleições El Salvador: vitória do progressismo impuliona integração da América Central**. Revista Forum, 9 abril 2014. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2014/04/vitoria-progressismo-salvadorho-impulsiona-integracao-da-america-central/>. Acesso: em 19 jul. 2014.

DELGADO, Ana Carolina; CUNHA FILHO, C. M. Ideologia e pragmatismo: a política externa de Evo Morales. **Tensões Mundiais**. v. 6, p.287- 300, 2010

DESHAZO, Peter. U.S-Bolivia Relations: Looking ahead. Testimony before the House Committee on Foreign Affairs Subcommittee on the Western Hemisphere. **Center for Strategic & International Studies (CSIS)**. 2009.

DOMÍNGUEZ, Jorge I. The changes in the International System during the 2000s. In: DOMÍNGUEZ, J. I; CASTRO, R. F. **Contemporary U.S.–Latin American Relations**. 1ªed. New York: Routledge, 2010. Cap 1, p. 1-16.

FERNANDES, Daniela. América Latina teve 'mudanças modestas' com esquerda no poder. BBC Brasil, Paris, 23 nov. 2012. Disponível em: Acesso: em 25 nov. 2012

FILGUEIRAS, Luiz. **Neoliberalismo e crise na América Latina: O caso do Brasil**. **CLACSO**, Buenos Aires. p. 1-9. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D1660.dir/filqueiras.pdf>> Acesso em: 28 de fev. 2015.

LANZARO, Jorge. Gobiernos de izquierda en América Latina: entre el populismo y la social democracia – Una tipología para avanzar en el análisis comparado. **Análise de Conjuntura OPISA**, Rio de Janeiro, n.12, dez. 2007.

LANZARO, Jorge. La socialdemocracia criolla. **Análise de Conjuntura OPISA**, Rio de Janeiro, n. 3, 2009.

PANIZZA, Francisco. La Marea Rosa. **Análise de Conjuntura OPISA**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 1-16, ago. 2006.

PANIZZA, Francisco. Unarmed Utopia Revisited: The Resurgence of Left-of-Centre Politics in Latin America. **Political Studies**, Londres, vol. 53, p.716–734, 2005.

PETKOFF, Teodoro. Las Dos Izquierdas. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires n. 197, p. 114-128, 2007.

SANTOS, Marcelo. Peru: Cultivo de coca, cocaína e combate ao narcotráfico. **Meridiano 47**, vol. 11, n. 119, p.14-20, junho de 2010.

SILVA, Fabrício. Até onde vai a “onda rosa”? **Análise de Conjuntura OPISA**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 1-20, fev. 2010

WEYLAND, Kurt. The rise of Latin Americas two lefts? Insights from Rentier State Theory. **Comparative Politics**, v. 41, n. 2, p. 145-163, 2009.